

Os desafios da “*Escuta Ativa*”: manifesto por uma gestão *queer* em políticas feministas e LGBT¹

Felipe Bruno Martins Fernandes*

Resumo: O presente manifesto tem o objetivo de estruturar uma posição ético-política feminista para analistas de políticas e gestores em gênero e sexualidades. Afirma, sob o conceito de “escuta ativa”, o poder e a reflexividade como dimensões a receberem investimento por parte desses sujeitos, o que remeteria suas práticas administrativas ao paradigma feminista. Amplia as tarefas sob responsabilidade de gestores comprometidos com a transformação e justiça sociais, dizendo que não basta cumprirem suas funções administrativas usuais, mas a necessidade de escutarem ativamente os grupos em situação de violência e desigualdade e, na medida do possível, assumirem uma posição feminista e queer. Conclui com a posição de que a construção de uma sociedade com justiça social e igualdade de direitos para os grupos vulneráveis à violência e em situações de desigualdade, é um compromisso de todos e todas que só será alcançado no âmbito das políticas públicas se o conjunto de gestores se sensibilizarem em relação às hierarquias de gênero e sexuais.

Palavras-Chave: Gestão de Políticas Públicas; Feminismo; Movimento LGBT e Queer

Abstract: The present manifesto aims to build an ethical-political feminist position on gender and sexuality for policy analysts and managers. States, under the concept of “active listening”, the power and reflexivity as dimensions to receive investment from these subjects, which would send its administrative practices to feminist paradigm. The manifesto also extends the tasks under the responsibility of policy analysts and managers committed toward social transformation and social justice, claiming that they should not only achieve their normal administrative functions, but should also actively listen to groups in situations of violence and inequality, and to the greatest extent possible, take a feminist and queer position. The manifesto concludes that the construction of a society with social justice and equal rights for vulnerable groups in situations of violence and inequality is everyone's commitment, and that equality will only be reached in the context of policy, if analysts and managers raise awareness on gender and sexual hierarchies.

Key-Words: Policy Administration; Feminism; LGBT and Queer Movement

Resumen: El presente manifiesto tiene como objetivo estructurar una dimensión ético-política para los analistas y gestores de políticas de género y sexualidad. Afirma, bajo el concepto de “escucha activa”, el poder y la reflexividad como dimensiones para recibir inversión de estos sujetos, lo que remetería a sus prácticas administrativas al paradigma feminista. Extiende las tareas bajo la responsabilidad de los gestores comprometidos con la transformación y la justicia social, afirmando que no sólo deben cumplir con sus funciones administrativas normales, sino también con la necesidad de escuchar activamente a los grupos en situación de violencia y de desigualdad, y en la medida de lo posible, tomar una posición feminista y queer. Concluye que la construcción de una sociedad con justicia social e igualdad de derechos de los grupos vulnerables en situación de violencia y desigualdad, es un compromiso de todos y todas, lo que sólo se alcanzará

1 Este texto é resultado da Conferência de Abertura que ministrei no Seminário “Reflexões, Propostas e Ações para o Enfrentamento à Violência contra LGBT no Estado da Bahia” (06-07 de Junho de 2013), organizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do governo da Bahia (SPM/BA). Como uma conferência de abertura voltada às gestoras e aos gestores de políticas públicas, busquei elaborar uma unidade dos e das participantes para que alcançássemos, naquele momento, o objetivo de propormos políticas públicas concretas em busca da igualdade de gênero e sexual. A tentativa foi de “dar o tom do evento”, ou seja, atuar diretamente sobre possíveis anseios dos diferentes grupos ali representados em relação às políticas feministas baianas de combate à homofobia e de promoção da cidadania de LGBT. A relação de proximidade entre o texto e o contexto baiano veio dessa intervenção. Agradeço à SPM/BA e ao movimento LGBT baiano pelo convite, particularmente à Sra. Secretária Vera Lúcia Barbosa e também Carla Gisele Batista, Valdéria Verdiano, Tatiana Lírio, Virgínia Nunes, Sandra Muñoz e Vinícius Alves. Pelas contribuições ao texto agradeço Miriam Pillar Grossi. Pela revisão das traduções do resumo para o espanhol e para o inglês agradeço Laura Gomez, Matilde Castellano e Joseph Huff-Hannon. Agradeço também ao PNP/CAPEF pelo financiamento de minhas atividades acadêmicas no PPGAS/UFSC.

* Professor na Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorando em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades.

en el contexto de las políticas públicas si el conjunto de los gestores adquiriere conciencia acerca de las jerarquías de género y sexuales.

Palabras-Clave: Gestión de Políticas Públicas; Feminismo; Movimiento LGBT y Queer

Espero que possamos avançar em nossas reflexões e estratégias teóricas e políticas!

Liga Brasileira de Lésbicas/BA, em convite próprio para o Seminário “*Reflexões, Propostas e Ações para o Enfrentamento à Violência contra LGBT no Estado da Bahia*” (06-07 de Junho de 2013).

Cresce no Brasil o campo de atuação de analistas de políticas públicas – *i.e.* gestores – especializados em gênero e sexualidades. Multiplicam-se institucionalidades públicas, como secretarias, coordenadorias e conselhos, estaduais e municipais, de políticas para as mulheres e para lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBT). Um exemplo marcante é a criação do Bacharelado Gênero e Diversidade, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o propósito de formar profissionais que atuem exclusivamente nesse campo (BONETTI, 2011). Com a eleição de Lula, a frente popular liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) instituiu no Brasil o “*combate à homofobia*” e a “*promoção da cidadania LGBT*” como objetos de política pública, denotando compromisso do governo com a transformação das crenças e valores ligados ao gênero e à sexualidade no Brasil (FERNANDES, 2011; 2012). Tenho dedicado meus estudos à uma análise antropológica do campo político-administrativo em que o Estado e suas ações são entendidos como construções sociais permeadas por tensões e alianças (AUGÉ, 1994; LATOUR, 2002; ABÉLÈS, 2008, 2012; BOURDIEU, 2012). Desta forma, tomo o Estado como uma realidade ideológica *performativizada no plano cotidiano*, particularmente através de *práticas administrativas* dos gestores e analistas de políticas públicas, bem como de outros sujeitos envolvidos em ações do Estado (SOUZA LIMA, 2012).

Permeado de intencionalidades, o texto tem o objetivo de estruturar uma dimensão ético-política feminista para analistas de políticas em gênero e sexualidades, o que o torna um manifesto. Afirmando, sob o conceito de “*escuta ativa*”, o *poder* e a *reflexividade* como dimensões a receberem investimento por parte desses sujeitos, o que remeteria suas práticas administrativas ao paradigma feminista. Intelectuais e militantes feministas têm, há mais de 30 anos, investido no saber de aspectos esquecidos na ciência e na política androcêntricas, particularmente no que tange o *poder* – sobre como conhecer e representar o outro; e a *reflexividade* – sobre como nossas posições sociais afetam a forma como representamos o outro (DOUCET, MAUTHNER, 2007). Desta forma, uma prática administrativa feminista

assentada na “*escuta ativa*” incluiria três dimensões – epistemológica, metodológica e investigativa; além de engendrar nessas práticas o reconhecimento da realidade social como marcada por desigualdades e hierarquias que afetam os processos de produção de conhecimento, elaboração de políticas públicas e acabam por responsabilizar os analistas para incidirem sobre a realidade com o objetivo de transformá-la (COSTA, SARDENBERG, 1994; BONETTI, 2011-2012; COSTA, PINHEIRO, 2013; GUEDES, FERNANDES, GROSSI, 2013). Além disso, tomo como uma meta transversal e específica afirmar que as políticas anti-homofobia e de promoção da cidadania LGBT, como ação de gestão feminista, devem estar presentes em todos os órgãos, coordenadorias, secretarias e outras institucionalidades de uma gestão governamental, seja como serviços ofertados às populações vítimas de violência e em situação de desigualdade de direitos, seja como um princípio de governança pensado no desenho e execução de quaisquer ações governamentais, universalistas ou não, ligadas à política social ou não. Nesse sentido, o manifesto busca valorizar a transversalidade de gênero (BANDEIRA, 2005) no campo das políticas anti-homofobia e de promoção da cidadania LGBT.

A existência de movimentos sociais e comunitários de mulheres e de LGBT e queer – há pelo menos 30 anos no Brasil – e sua atual visibilidade no tecido social, produziram transformações importantes nas crenças e valores sobre gênero, raça e sexualidades na sociedade. Uma das características desses movimentos é sua diversidade interna e a pluralidade de pautas reivindicadas. Essa transformação de crenças e valores é estruturante de supostos “avanços”, mas também de “reações contrárias” com características conservadoras e muitas vezes totalizantes em relação aos modelos de gênero e sexualidades em nosso país. Essas reações têm dominado a cena pública e a defesa do sexismo, racismo e homofobia ganhou terreno (em outros termos, “*maior visibilidade*”) no léxico político, midiático e societário atual. Um exemplo é o discurso proferido pelo deputado Jair Bolsonaro ao episódio da série *Out There*, da BBC de Londres, em que disse ao apresentador e comediante Stephen Fry: “eles [os gays] querem que os heterossexuais continuem gerando crianças, para que essas crianças se transformem em gays e lésbicas para satisfazê-los sexualmente no futuro”².

A produtividade da diversidade interna dos movimentos sociais se materializa nas respostas que esses movimentos dão às problemáticas que os sujeitos de quem falam enfrentam cotidianamente, bem como nas respostas que dão à reação que mencionei. Numa classificação simplista, mas fundamental para o objetivo deste texto, se encontram aqueles grupos “*em diálogo com o Estado*” em favor de políticas públicas que beneficiem os sujeitos e as sujeitas de quem falam os movimentos e aqueles grupos para os quais o diálogo com o Estado gerencia a dominação de uns/umas sobre outros/outras. Vou abordar nesse manifesto

² Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/programmes/b03dyv3k>.

um projeto político particular, daqueles grupos que entendem o Estado como lócus de ação para a transformação social e para a busca de justiça social para mulheres e LGBT, remetendo-me diretamente às e aos gestores e gestoras de políticas públicas.

Podemos organizar a pauta reivindicatória por políticas públicas dos movimentos LGBT *em diálogo com o Estado* em dois grandes eixos: (1) o *combate à violência* e (2) a *promoção de direitos*. Essa divisão, primeiramente proposta por Anna Uziel (2006) para refletir sobre as agendas políticas LGBT da primeira metade dos anos 2000, apesar de presente nos 30 anos de movimento social LGBT, se institui como princípio de governança das sexualidades no “petismo” de Lula quando, em 2004, lança o programa “Brasil Sem Homofobia”, que teve como subtítulo “programa de combate à violência e de promoção da cidadania homossexual”. Segundo Anna Uziel (2006), “[a parceria civil] não aparece, no discurso dos [militantes] entrevistados como mais relevante. [...] As preocupações com a exterminação da violência, da homofobia, têm aparecido ainda como bandeira que mais mobiliza a militância. [...] Ao invés de investir em um caminho de conquista de direitos pelo afirmativo, a opção foi por uma postura de se combater o ‘negativo’” (p. 225). Nesse sentido, a reivindicação por políticas públicas se estrutura em uma agenda negativa e em uma agenda positiva, que dialogam, se encontram, mas também se segmentam no mundo das ideias do ativismo e da governança em gênero e sexualidade.

Como agenda negativa podemos entender todas as ações cujos objetivos tratam da luta contra determinadas situações, como, por exemplo, a coibição dos diferentes tipos de violência (letal, física, simbólica, psicológica) e de discriminação (no trabalho, na escola, no acesso a bens e serviços etc.). Essa agenda negativa tem como carro chefe a criminalização de atos homofóbicos. O projeto de lei 122/2006, que buscava tornar delito crimes baseados na orientação sexual, foi aprovado no Congresso Nacional e, em dezembro de 2013, apensado junto à proposta de reforma do Código Penal pelo Senado. O apensamento, tido como uma vitória pela bancada evangélica, pode ser favorável às populações LGBT, uma vez que, como apontou o deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ), a partir de conversa com o senador Pedro Taques (PDT/MT), publicada em sua rede social em 20/12/2013, “apensado ao Código Penal, o PLC 122 talvez combata as violências homofóbicas de modo ainda mais pontual e eficaz”. Esse projeto foi pivô nos últimos anos de muitas polêmicas com a reação homofóbica, particularmente assentada no fundamentalismo religioso. Segundo Sérgio Carrara (2010),

às lideranças, parecia mais fácil aprovar a criminalização da homofobia do que aprovar uma lei de parceria civil, uma vez que, para parlamentares contrários à causa, seria mais difícil se posicionarem contra um projeto desse tipo sem aparecerem publicamente como favoráveis à violência que cotidianamente e de modo dramático atinge gays, lésbicas, travestis e transexuais (p. 136).

Como agenda positiva podemos entender todas as ações cujos objetivos buscam a igualdade de direitos entre as populações classificadas binariamente; por exemplo, como mulheres e homens (em que homens têm mais direitos que mulheres) e homossexuais/LGBT e heterossexuais/cis (em que heteros/cis têm mais direitos que homos/trans). Essa agenda positiva tem como carro chefe a aprovação do casamento igualitário. Apesar dos dois carros chefes mencionados, (1) a criminalização da homofobia e (2) a aprovação do casamento igualitário, provoquem as diferentes secretarias, coordenadorias, superintendências dos governos e demais institucionalidades – federal, estaduais e municipais – a refletirem sobre como suas próprias ações (incluindo planos e programas), a partir de um ponto de vista feminista e queer, podem responder às agendas negativa (de combate às violências) e positiva (de promoção da igualdade de direitos).

Quando sujeitos e sujeitas políticos feministas lidam com o Estado é necessária a clareza do objetivo da ação ativista. A política concreta, ou seja, o *lobby* por políticas públicas, é diferente da crítica radical e das teorias sociais³. Essa diferença – que estrutura uma modalidade teórica e ativista definida por Miguel Vale de Almeida (2009) como “essencialismo estratégico” – pode ser entendida como aquela em que esses “dois níveis, [essas] duas esferas de atuação, [são entendidas como possuindo] velocidades diferentes e âmbitos de comunicação com a sociedade diferentes”. Desta forma, as críticas (1) da instituição do casamento e da família, (2) a “guerrilha de linguagem”⁴ em relação à categoria homofobia como central nas políticas da agenda negativa e (3) as leituras críticas dos retrocessos do Estado, apesar de conviverem, devem se deslocar para uma dimensão ativista ou teórica diferente daquela em que políticas públicas são desenhadas e executadas com vistas a beneficiarem populações vítimas de violência, ou em situações de desigualdade de direitos. Isso significa que a crítica radical deve informar as ações e atuar sobre elas, mas a “mistura” entre crítica radical e “gestão do possível” (para usar um termo de Miguel Vale de Almeida) é indesejável do ponto de vista estratégico na busca por transformação e justiça sociais.

Quando gestoras e gestores incorporam em suas práticas a posição (ou, no mínimo, as reivindicações) feminista e queer é necessária a clareza do impacto de suas ações na produção de justiça social. Isso implica entender uma política pública não apenas como as ações que são de fato implementadas ou os princípios incorporados em determinada gestão governamental. As omissões e silenciamentos do Estado devem ser compreendidos como uma

3 Segundo Miguel Vale de Almeida (2009), “a crítica cultural (e poderíamos nela incluir a reflexão da teoria social) é uma forma de questionar o que é visível, superficial e de senso comum e, de forma histórica e sociológica, perceber como funcionam verdadeiramente as construções sociais de desigualdade e diferença em que vivemos” (p. 5).

4 Guerrilha de Linguagem é um termo introduzido por feministas inglesas (GROSSI, 1998) e definido por Carmen Rosa Caldas-Coulthard (2013) como uma maneira feminista de se impor através de relações de poder na linguagem que possibilitem a tomada de consciência dos processos semióticos androcêntricos, transformando-os para que favoreçam as minorias sociais.

ação direta da gestão, o que, por sua vez, responsabiliza gestores e gestoras pelos impactos dessas omissões e silêncios nas populações vítimas de violência e em situação de desigualdade de direitos. Por exemplo, o silêncio de uma presidenta e de um governo e as articulações partidárias que possibilitam a eleição de um violador de direitos humanos para um cargo de direitos humanos, não significa que estas pessoas e instituições se mantiveram ao lado ou à frente de uma ação de governança, mas uma ação direta de um governo na manutenção de uma situação de violação de direitos humanos. Nesse sentido, essa manutenção é uma posição política fundada em uma escolha intencional dos sujeitos que performatizam práticas administrativas. Nesse exemplo – e em muitos outros casos – o silêncio é uma política pública que define como princípio de governança a manutenção de um estatuto de violação de direitos humanos para populações em situação de violência e de desigualdade de direitos. Uma política pública, portanto, é entendida aqui como as ações de gestão que compreendem serviços, mas também, os princípios de governança que regem a forma como o Estado exerce sua autoridade.

É na Bahia que a principal estratégia da agenda negativa é definida. Foi o Grupo Gay da Bahia (GGB) que “inventou” as “estatísticas de assassinatos de homossexuais” que informam a pauta da agenda negativa e posteriormente as políticas públicas de combate à violência contra homossexuais e trans. Como aponta Osvaldo Fernandez (2011), o monitoramento da mídia em relação aos crimes de ódio contra homossexuais é feito desde 1980 pelo GGB. Os resultados desse monitoramento, que apontam índices alarmantes de violência letal, se tornaram os principais subsídios de políticas públicas para LGBT, sustentando ações governamentais globais e locais. Cabe lembrar que a mensuração da violência foi uma estratégia feminista que, durante os anos 1970 e 1980, contabilizaram casos de estupro e violência doméstica em todo o país (GROSSI, 1995). Gestões governamentais que não *escutam* essas estatísticas ou que se silenciam diante da violência letal homofóbica, bem como representantes do povo que questionam a existência da violência letal homofóbica, principalmente no regime de visibilidade dos crimes de ódio na atualidade, devem ser responsabilizados, não pelos crimes individuais, mas pela posição ativa na defesa da violência letal que o silêncio pressupõe. Um estado que silencia diante da violência é um estado perpetrador da violência, uma vez que há clareza da existência do problema, sustentada pela produção de conhecimento que é, nesse caso, ativista e teórica e, com tal clareza, não enfrenta o problema.

A negação de igualdade de direitos aos diferentes grupos sociais é um princípio que devemos diagnosticar para posicionarmos aliados e inimigos no campo de tensões que é um governo. A defesa da família como exclusivamente heterossexual e a contrariedade ao aborto ou à prostituição, por exemplo, são modalidades ideológicas que, em seu fundamento, buscam

manter um estatuto de privilégio a grupos específicos, nos casos mencionados, aos heterossexuais e aos homens. Desta forma, a contrariedade à abertura do casamento aos casais de pessoas do mesmo sexo e a outras configurações possíveis no campo afetivo-sexual nas sociedades ocidentais, é uma posição clássica de um regime hierárquico baseado em marcadores sociais da diferença. Também a contrariedade ao aborto e à prostituição, em suas aparências múltiplas, assenta-se sobre um governo exterior do corpo das mulheres, ou seja, é a defesa da manutenção de uma gerência estrangeira às mulheres de seus corpos e da reprodução. Tanto o casamento igualitário como o aborto têm sido os motores de construção da reação sexista e heterossexista brasileira em que a defesa da tradição, da manutenção da ordem e do privilégio masculino e heterossexual⁵ são ditos como se fossem representantes da normalidade quando, na verdade, ocultam um sistema desigual de privilégios.

Responder às diferentes situações de desigualdade de direitos e privilégios é papel dos governos comprometidos com a justiça social. O “petismo” dos anos 1980 inaugurou novas formas de participação popular em gestões governamentais – particularmente o “petismo” gaúcho quando implementa os *orçamentos participativos*. Essa nova modalidade em que a sociedade participa no desenho de políticas públicas é incorporada como princípio de governança não apenas pelo “petismo”, mas também por outros projetos políticos. Essa incorporação de princípios de governança do “petismo” por outros projetos políticos, bem como por Estados e Municípios, é o que podemos diagnosticar como um caráter *indutivo* do “petismo”. Durante seu governo, Lula desenvolveu um novo “modelo de gestão” nomeado como Estado Indutor que buscou induzir o desenvolvimento e a eficácia de políticas públicas com a participação de instituições não-estatais e, e aí se encontra a novidade desse governo, induzindo a organização da sociedade civil em torno de temas de interesse tanto da política econômica como da política social defendidas pela gestão (FERNANDES, 2011). Claro que outros modelos de participação, como as “respostas coletivas à aids” e o “advocacy feminista”, também atuaram na definição do modelo de participação que emergiu no “petismo” federal no início dos anos 2000.

A articulação entre os modelos de participação do “petismo”, das *respostas coletivas à aids* e do *advocacy feminista*, definiram o que podemos entender como um modelo de *escuta ativa* da sociedade por parte do governo federal no que tange as agendas anti-sexismo, anti-racismo e anti-homofobia (quando falamos das agendas negativas). Por *escuta ativa* podemos entender a forma como os grupos organizados e lideranças e autoridades sobre as temáticas objeto de políticas, em diálogo com o Estado, intervêm na elaboração de políticas públicas e

5 A noção de “privilégio masculino” (e também de “privilégio branco”) foi cunhada pela ativista Peggy McIntosh (1988) com o objetivo de deslocar a visão ativista e teórica dominante nos anos 1980 do regime hierárquico que privilegiava compreender as dinâmicas das posições inferiores de determinados grupos para então refletir sobre os privilégios das posições superiores, ou seja, um exercício que visa investir saber nos privilégios ao invés das desvantagens.

nas formas como as pautas são incorporadas pelos governos como serviços ou como princípios de governança. É papel de governos comprometidos com a justiça social exercerem uma *escuta ativa* da sociedade com o objetivo de controlarem externamente suas ações com vistas a produzirem situações de harmonia entre a execução da política concreta (ou a “gestão do possível”) e as reflexões de vanguarda dos sujeitos e sujeitas que produzem a crítica radical.

A *escuta ativa* não deve ser entendida de forma simplista, ou seja, possível apenas em um fórum adequado com participação da sociedade civil. A *escuta ativa* é um processo e uma posição das gestoras e gestores no mundo, o que quer dizer que ela se dá não apenas no horário de trabalho, mas em uma escuta da sociedade como um todo em suas possibilidades individuais. Se tornam fóruns privilegiados de *escuta ativa* os discursos que circulam nas relações familiares e de vizinhança, nos círculos de amizade, na mídia, nos documentos oficiais, em atividades dos movimentos sociais, em conversas formais e informais com sujeitos e sujeitas chave do campo político e teórico sobre as temáticas que se busca enfrentar com políticas públicas. A estratégia da *escuta ativa* implica diagnosticar as vozes favoráveis e contrárias ao alcance de igualdade de direitos para mulheres e LGBT, e também os discursos que circundam o combate às violências; sintetizá-los e buscar problematizá-los com as políticas. Por exemplo, estamos lendo muitas pesquisas que afirmam a existência de homofobia na escola em suas dimensões simbólicas e físicas. Muitos pais, mães e familiares de alunos e alunas heterossexuais e cis não gostariam que seus filhos tivessem colegas homossexuais ou trans na sala de aula (cf. CASTRO, ABRAMOVAY, SILVA, 2004). Como gestora ou gestor sabemos que a educação no Brasil deve ensinar a todas e todos. Nesse sentido os discursos contrários à presença de homossexuais em sala de aula expressando suas identidades e afetos, ou que neguem a existência de violência homofóbica na escola, devem ser enfrentados por políticas educacionais que visem construir uma educação de acesso universal que valorize a diversidade. Essa não foi a posição de parlamentares do Congresso Nacional e do governo federal em relação ao “Kit Anti-Homofobia” proposto pelo Ministério da Educação (MEC) em 2010.

Em março de 2009 se iniciou a execução de uma ação apoiada pelo MEC, intitulada “Escola Sem Homofobia”, implementada por uma coalizão de ONGs representativas do *mainstream* do movimento LGBT, cuja polêmica com setores conservadores se estendeu até o veto presidencial aos materiais didático-pedagógicos do projeto em maio de 2011 (FERNANDES, 2011). O “Escola Sem Homofobia” foi uma ação ampla que envolveu pelo menos três grandes eixos: (1) a formação de um coletivo gestor de políticas anti-homofobia nos estados e municípios composto por ativistas, professores das redes de ensino público e gestores, (2) a realização de uma pesquisa qualitativa sobre “homofobia nas escolas” e (3) a

elaboração e publicação de material didático para ser distribuído nas escolas públicas. O material composto de diferentes instrumentos como cartilha, cartazes, folderes e vídeos foi intitulado “Kit de Combate à Homofobia”. A recepção da proposta do Kit durante o Seminário do “Escola Sem Homofobia” em novembro de 2010 no Congresso Nacional, foi permeada por polêmica, resistência e reação homofóbica. Na mídia impressa e televisiva, logo após o seminário e durante os meses que se seguiram, viu-se uma explosão discursiva que argumentava que o governo federal estava “incentivando o homossexualismo [sic]” em crianças e adolescentes ao difundir a homossexualidade como uma “prática respeitável”. O resultado dessa reação foi o veto presidencial de Dilma Rousseff ao “Kit Anti-Homofobia”, afirmando que “tudo que tenha a ver com costumes” deveria, a partir daquele momento, ser previamente avaliado pela presidência da República.

Um fórum de escuta privilegiado para gestoras e gestores são os movimentos sociais e comunitários. A escuta de representantes dos movimentos (em diálogo ou não com o Estado) deve ser ativa, pois também no ativismo se encontram propostas concretas traduzíveis diretamente em políticas públicas que dialogam com a experiência dos grupos em situação de desigualdade ou violência. Cabe lembrar que, na perspectiva deste manifesto, grupos universitários e acadêmicos são interpretados como sociedade civil e, muitas vezes, exercem o que podemos nomear como *ativismo acadêmico* ou, em uma terminologia clássica da ciência política, “intelectualismo orgânico” (GRAMSCI, 1989) ou “intelectualismo engajado” (BOBBIO, 1997). São responsáveis tanto pela crítica radical como por propostas às políticas concretas. Um excelente modelo de transparência na propositura e monitoramento de políticas públicas foi a participação da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH - gestão 2011-2012), quando sua sede estava na Bahia, no Conselho Nacional LGBT, em que o representante Leandro Colling desenvolveu um modelo fantástico de “relatos das reuniões” amplamente difundidos e consumidos pelo campo LGBT nacional. Os relatos de Leandro Colling das reuniões do Conselho LGBT informaram os dois campos no Brasil: o da crítica radical e o da política concreta, uma vez que foram produzidos para transmitir uma informação e orientarem a ação política. Não estou aqui defendendo um “purismo ativista” e por isso é necessário o conhecimento do campo, teórico e ativista, para que esta escuta seja qualificada no campo das políticas públicas, o que exige leitura e diálogo teóricos.

Como disse no início do manifesto, os movimentos sociais e comunitários feministas e LGBT/queer são plurais e diversos. Essa pluralidade envolve tensões de várias ordens, dentre elas tensões geracionais. Novos feminismos e novas políticas sexuais estão emergindo. Novas gerações de ativistas feministas e LGBT/queer estão circulando nos campos teórico, ativista e gestor e trazem consigo novas visões de mundo e novas propostas. O exemplo da Marcha das Vadias é paradigmático nesse sentido. É um movimento social majoritariamente jovem em

que vemos uma grande coalizão entre meninas, mulheres e LGBT/queers. Nessa pluralidade que compõe os feminismos e a política sexual contemporâneos há encontros e desencontros entre as pautas. Na medida em que as pautas são plurais, a política concreta é sempre uma unidade. A organização do Seminário “Reflexões, propostas e ações para o enfrentamento à violência contra LGBT no Estado da Bahia” (06-07 de Junho de 2013), para o qual preparei uma primeira versão desse texto, por exemplo, imagino que tenha sido permeada por camadas e camadas de discussões em busca de uma unidade que gerou a programação que foi executada. E imagino também que houve muitos discensos e tensões. Nesse campo o papel da gestora e do gestor não é fácil pois, num mesmo campo, há pressão de pautas conflitantes por um lado, e de um projeto de governança por outro. É também presente uma tensão eleitoreira, que muitas vezes desloca do projeto de governança os objetivos de combate à violência e alcance de igualdade de direitos. É nesse sentido que a busca por uma unidade na propositura de políticas concretas pelos movimentos sociais e comunitários é estratégica em relação à crítica radical, para que se fortaleça nos governos uma unidade traduzível em políticas públicas. Se a política concreta se dá em uma unidade, é nela que se deve atuar no desenho e execução de políticas públicas que visem a transformação e justiça sociais para mulheres e LGBT.

A construção de uma unidade no desenho e execução de políticas públicas não exclui, como já disse, a crítica radical e, acrescento agora, a *ação direta*. Segundo as análises de Andréa Zhouri (2001) sobre o ativismo ambientalista transnacional na Amazônia, a *ação direta* envolve “a utilização do próprio corpo na resistência aos abusos de poder” (p. 27), fazendo uso de campanhas, ações coletivas coordenadas em rede e ocupações de lugares estratégicos. A ação direta deve ser interpretada por gestoras e gestores como um termômetro que mede os anseios das populações vítimas de violência e em situação de desigualdade na denúncia de suas situações e na exigência de respostas governamentais e sociais aos problemas que enfrentam. A Marcha das Vadias, por exemplo, denuncia uma “cultura do estupro” em que a vítima é, comumente, responsabilizada pelo ato violento que sofreu, seja pela indumentária, seja pela forma como se coloca no mundo. Um exemplo paradigmático da cultura do estupro foi o caso envolvendo integrantes da banda *New Hit*. Segundo nota publicada pela Marcha Mundial de Mulheres, “no dia 26 de agosto de 2012, na cidade de Ruy Barbosa, na Bahia, duas adolescentes foram estupradas por 9 homens integrantes da Banda New Hit, dentro do ônibus do grupo. As meninas se dirigiram ao veículo para pedir autógrafos e parabenizar um dos integrantes que fazia aniversário. Lá, foram violentadas de forma brutal e humilhante, com a conivência e também violência de um Policial Militar”⁶.

⁶ Fonte: Nota da MMM [Marcha Mundial de Mulheres] sobre o julgamento do estupro coletivo praticado por integrantes da banda New Hit. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/17/nota-da-marcha-mundial-das-mulheres-da-bahia-sobre-o-julgamento-da-banda-new-hit/>.

O modelo desenvolvido pelas Paradas do Orgulho LGBT em que se investia em um tema específico para todo o evento e, com forte aporte de recursos de patrocinadores, vêm sendo, a partir das marchas das vadias, substituído por um modelo em que cada participante “faz seu próprio cartaz”. Se há uma unidade em torno da Marcha das Vadias contra a “cultura do estupro”, a pluralidade de pautas que emergem na voz das e dos participantes em seus cartazes individuais extrapola um objetivo central, trazendo à tona novas pautas que representam as ansiedades e reivindicações feministas, anti-sexismo, anti-racismo e anti-homofobia. Nesse sentido vemos um novo modelo de militância feminista e queer emergir no Brasil em que pautas mais individualizadas são, apenas posteriormente, sistematizadas pelos coletivos, geralmente horizontalizados, para então informarem as agendas políticas mais amplas e públicas dos movimentos sociais.

A perspectiva das gestoras e gestores que assumem a *escuta ativa* é aquela em que essas nuances não são universalizadas em um objetivo único (a luta contra a “cultura do estupro”, se usarmos o exemplo supramencionado) mas aquela visão em que se tornam perceptíveis outras pautas e agendas em diálogo com os eixos centrais propostos pelos movimentos sociais e comunitários. É comum, nas Marchas das Vadias, por exemplo, cartazes que mencionam a violência contra as mulheres, lembrando casos emblemáticos na história brasileira como as vítimas letais do sexismo, como Elisa Samúdio e Eloá Cristina; vítimas da lesbofobia, como o casal Laís dos Santos e Maiara de Jesus e vítimas de violência simbólica, como Geysi Arruda⁷. Pautas políticas também figuram dentre os cartazes, predominando a legalização do aborto, a nudez como uma performance política e até mesmo dizeres que defendem a agência individual na definição das práticas sexuais em relações consensuais adultas, como é o caso do sexo anal. Pivô de ação direta feminista e queer que tem crescido nos últimos anos é a luta sobre o chamado “fundamentalismo religioso”. Vigílias foram realizadas cotidianamente em Brasília pelo coletivo Companhia Revolucionária Triângulo Rosa e em outras capitais e cidades médias, com velas e denúncias de vítimas de homofobia e de intolerância religiosa. Tanto as marchas das vadias como as vigílias contra os fundamentalismos religiosos têm informado a sociedade sobre as agendas políticas plurais feministas e queer contemporâneas.

⁷ Elisa Samúdio e Eloá Cristina foram assassinadas por parceiros afetivo-sexuais. Geisy Arruda foi vítima de constrangimento em sua universidade. O casal de lésbicas Laís dos Santos e Maiara de Jesus foi assassinado por lesbofobia em Camaçari/BA. Elisa Samúdio foi amante do futebolista Bruno, então goleiro do Flamengo, por ele agredida várias vezes até ser assassinada por um grupo liderado por Bruno em julho de 2010. Eloá Cristina, uma jovem de 15 anos, foi mantida em cárcere privado pelo ex namorado, Lindemberg Alves. O caso, amplamente midiático e caracterizado como o mais longo cárcere privado da história de São Paulo, culminou no assassinato da jovem em rede nacional. Geisy Arruda, então estudante universitária, foi constrangida por uma multidão em sua universidade por usar um vestido curto e o vídeo do constrangimento se tornou viral na internet e chamou atenção da grande mídia. Como apontaram Rayani Santos et alli (2012), a mídia, em torno do caso de Geisy Arruda, pouco problematizou a violência de gênero, tendo reificado a “culpa da mulher” no ato violento. Já o casal Laís dos Santos (25 anos) e Maiara de Jesus (22 anos) foi morto a tiros em plena luz do dia em uma importante via pública do município.

Tenho clareza que neste texto ampliei as tarefas sob responsabilidade de gestoras e gestores comprometidas e comprometidos com a transformação e justiça sociais. Estou dizendo que não basta cumprirem suas funções administrativas usuais, mas afirmando que é necessário escutarem ativamente os grupos em situação de violência e desigualdade e, na medida do possível, assumirem uma posição feminista e queer. É improdutivo nos determos por demais na construção de uma fronteira entre as agendas para as mulheres e as agendas para LGBT/queer, uma vez que a política sexual e as agendas anti-homofobia são, nesse ponto de vista, um desdobramento das reflexões feministas (BUTLER, 2004). Ou seja, do meu ponto de vista, tanto as políticas para as mulheres como as políticas para LGBT/queer estão dentro de um campo feminista, uma unidade possível no desenho e execução de políticas públicas. Nesse sentido gestoras e gestores devem avaliar e analisar suas ações, refletindo de que forma cada política sob sua responsabilidade está ou não mantendo um sistema desigual de privilégios, que posiciona no pólo inferiorizado da hierarquia das populações as mulheres, os e as negros/as e indígenas, os e as deficientes, os e as homossexuais e os e as trans.

A construção de uma sociedade com justiça social e igualdade de direitos para os grupos vulneráveis à violência e em situações de desigualdade é um compromisso de todos e todas. Esse compromisso só será alcançado, no âmbito das políticas públicas, se o conjunto de gestores e gestoras, nas diferentes institucionalidades governamentais, se sensibilizarem para o fato de que a sociedade brasileira hierarquiza diferentes grupos com base em determinadas diferenças sociais. Essa hierarquia cria um sistema de privilégios que sustenta uma sociedade sexista e heterossexista em que heterossexuais, cis e homens, possuem mais vantagens que outros grupos. Gostei muito da campanha da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia em 2013 que afirmou este estado como “pátria da diversidade cultural”. Entender a sociedade brasileira como estruturada pela diversidade e perceber que a diversidade é um bem coletivo é o caminho para uma sociedade livre do sexismo, do racismo e da homofobia. Nesse caminho propus que nos posicionemos no mundo como gestoras e gestores comprometidos e comprometidas com o combate a todas as formas de violência e discriminação, e sempre em sintonia com a construção da igualdade de direitos. Só assim teremos um Brasil de todos e todas e transformaremos a Bahia em uma “terra de todos nós”, como aponta o slogan da atual gestão estadual.

Referências

ABÉLÈS, Marc. Politique et globalisation: perspectives anthropologiques. L’Homme, Paris, v. 1, n. 185-186, p. 133-143, 2008.

ABÉLÈS, Marc (org.). Des anthropologues à l'OMC: Scènes de la gouvernance mondiale. Paris: CNRS Éditions, 2012.

AUGÉ, Marc. Pour une anthropologie des mondes contemporains. Malesherbes: Flammarion, 1994.

BANDEIRA, Lourdes. Avançar na transversalidade em gênero nas políticas públicas. Brasília: CEPal; SPM, 2005.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da USP, 1997.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. Brasília, Labrys, julho/dezembro 2011 - janeiro/junho 2012.

BONETTI, Alinne de Lima. Feminismos por todos os lados: o Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade/UFBA e o futuro do feminismo acadêmico. Florianópolis, Jornadas NIGS - Feminismos, movimentos LGBTTT e Políticas Públicas: reflexões para a próxima década, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Sur l'État: cours au Collège de France (1989-1992). Paris: Raisons d'agir, 2012.

BUTLER, Judith. Undoing Gender. New York; Londres: Routledge, 2004.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Guerrilha de Linguagem. In: GARCIA, Olga; GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (orgs). Videoaulas do curso Gênero e Diversidade na Escola. DVD. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, 2013.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Revista Bagoas, 2010, n. 05, p. 131-147.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. Juventudes e sexualidade. Brasília: Unesco Brasil, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcantara; PINHEIRO, Clarice Costa. Desafios da linguagem no diálogo dos estudos feministas com os movimentos sociais. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 2, Ago. 2013.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e Práxis Feministas na Academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. Rio de Janeiro, Revista Estudos Feministas, ano 2, n. E, pp. 387-400, 1994.

DOUCET, Andrea; MAUTHNER, Natasha. Feminist Methodologies and Epistemology. In: BRYANT, Clifton D.; PECK, Dennis L. (orgs). 21st Century Sociology: A Reference Handbook. Thousand Oaks/Califórnia: SAGE Publications, 2007.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2011.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. *Revue Passages de Paris*, n. 7, 2012, pp. 97-104.

FERNANDEZ, Osvaldo. Igualdade na diversidade: a luta pelo reconhecimento dos direitos dos homossexuais no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 123, Ano XI, agosto de 2011, pp. 17-26.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GROSSI, Miriam Pillar. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. *Sexualidade, Gênero e Saúde*. v.2, n.4, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, n. 24, p. 1-18, 1998.

GUEDES, Anahi; FERNANDES, Felipe Bruno Martins; GROSSI, Miriam Pillar. Entre pesquisar e militar: engajamento político e construção da teoria feminista no Brasil. *Revista Ártemis*, v. XV, n. 1, jan-jul, 2013, pp. 10-29.

LATOUR, Bruno. *La fabrique du droit: une ethnographie du Conseil d'État*. Paris: La Découverte, 2002.

MCINTOSH, Peggy. *White Privilege and Male Privilege: a personal account of coming to see correspondences through work in Women's Studies*. WELLESLEY: Wellesley College Center for Research on Women, 1988.

SANTOS, Rayani Mariano dos et alli. O caso Geisy Arruda: representações midiáticas brasileiras sobre violências contra mulheres. *Revista Bagoas*, 2012, n. 07, 2012, pp. 123-145.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. O exercício da tutela sobre os povos indígenas: considerações para o entendimento das políticas indigenistas no Brasil contemporâneo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 55, n. 2, p.781-832, 2012.

UZIEL, Anna Paula et al. Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horiz. antropol.* [online]. 2006, vol.12, n.26, pp. 203-227. ISSN 0104-7183.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico*. Working Paper CRIA 1, Lisboa, 2009

ZHOURI, Andréa. Árvores e gente no ativismo transnacional. As dimensões social e ambiental na perspectiva dos campaigners britânicos pela Floresta Amazônica. *Rev. Antropol.* [online]. 2001, vol.44, n.1, pp. 09-52. ISSN 0034-7701.